

Diário da Assembléia

Nº 3.025

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 29 DE ABRIL DE 1974

ANO IX

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSOES PERMANENTES

4.a SESSAO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

COMISSAO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur

1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima

2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reinhardt

1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato

2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)

3.º SECRETÁRIO — David Federmann

4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

DIVISAO DAS COMISSOES

COMISSOES TÉCNICAS

7.a LEGISLATURA — 4.a SESSAO LEGISLATIVA

COMISSAO DE CONSTITUICAO E JUSTICA

PRESIDENTE — Fabiano Braga Côrtes

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB)

Ivo Thomazoni — Erondy Silvério — Paulo Camargo — Antônio Lopes Júnior — Wilson Fortes — Antônio Costa — Ovídio Franzoni — Quielse Crisóstomo da Silva
Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SUPLENTE: Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Luiz Roberto Soares — Borsari Netto — Fuad Nacli — Xenofonte Villanueva — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk
Iris Mário Caldart — (MDB)

SECRETÁRIO: Rita Celestino Soares

REUNIÕES: As quartas-feiras

COMISSAO DE ORCAMENTO

PRESIDENTE — Ovídio Franzoni

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB)

Borsari Netto — Erondy Silvério — Fabiano Braga Cortes — Igo Losso

SUPLENTE: Xenofonte Villanueva — Antônio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Antônio Costa
Antônio Belinati (MDB)

SECRETÁRIO: Elcy Silva Baptista

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSAO DE AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMERCIO

PRESIDENTE: Antônio Maciel

VICE-PRESIDENTE: Domício Scaramella (MDB)

Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Aryzone Araújo

SUPLENTE: Fuad Nacli — Borsari Netto — Ovídio Franzoni — Francisco Escorsin
Iris Mário Caldart (MDB)

SECRETÁRIO: Marlene Couto de Cristo

REUNIÕES: Condicionadas à existência da matéria

COMISSAO DE INSTRUCAO PUBLICA

PRESIDENTE: Antônio Lopes Júnior

VICE-PRESIDENTE: Alvaro Dias (MDB)

Olavo Ferreira — Rosário Pitelli — Ivo Rocha

SUPLENTE: Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Maria Aparecida R. G. Amaral

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSAO DE TERRAS, IMIGRACAO E COLONIZACAO

PRESIDENTE: Domício Scaramella (MDB)

VICE-PRESIDENTE: Gabriel Manoel

Ivo Rocha — Alvaro Dias (MDB) — Iris Mário Caldart (MDB)

SUPLENTE: Antônio Lopes Júnior — Ovídio Franzoni — Maurício

Fruet (MDB) — Antônio Belinati (MDB) — Nelson Buffara (MDB)

SECRETÁRIO: Agildes de Oliveira Martins

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSAO DE SAUDE PUBLICA

PRESIDENTE: Aryzone Araújo

VICE-PRESIDENTE: Maurício Fruet (MDB)

Haroldo Bianchi — Xenofonte Villanueva — David Federmann

SUPLENTE: Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo Pereira Lima — Domício Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: Elza Carneiro Camargo

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSAO DE TURISMO

PRESIDENTE: Xenofonte Villanueva

VICE-PRESIDENTE: Maurício Fruet (MDB)

Marciano Baraniuk — Wilson Brandão — Francisco Escorsin

SUPLENTE: Lázaro Dumont — Borsari Netto — Wilson Fortes
Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Maria Stella do Amaral Gurgel

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSAO DE FINANÇAS

PRESIDENTE: Quielse Crisóstomo da Silva

VICE-PRESIDENTE: Alvaro Dias (MDB)

Gilberto Carvalho — Igo Losso — Olavo Ferreira — João C. Fadel

SUPLENTE: Paulo Poli — Antônio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo Pereira Lima — Rosário Pitelli — Antônio Lopes Júnior —

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Terezinha Barbosa Moura e Claro

REUNIÕES: As terças-feiras

COMISSAO DE POLICIA

PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

VICE-PRESIDENTE: Arthur de Souza

Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Francisco Escorsin — Nelson Buffara (MDB)

SUPLENTE: Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Maurício Fruet (MDB) — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Lóris Cordeiro de Barros

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSAO DE REDACAO

PRESIDENTE: Gilberto Carvalho

VICE-PRESIDENTE: Iris Mário Caldart (MDB)

Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

SUPLENTE: Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont —

Antônio Lopes Júnior — Alvaro Dias (MDB)

SECRETÁRIO: Léo Guimarães Sotto-Maior

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSAO DE TOMADA DE CONTAS

PRESIDENTE: Paulo Poli

VICE-PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

Aguinaldo Pereira Lima — João Fadel — Arthur de Souza

SUPLENTE: Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antônio Maciel —

Quielse Crisóstomo da Silva — Domício Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: José Tavares Canto Filho

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSAO DE OBRAS, TRANSPORTES E COMUNICACOES

PRESIDENTE: Borsari Netto

VICE-PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomel — Francisco Escorsin

SUPLENTE: Antônio Maciel — Aryzone Araújo — Wilson Brandão —

Wilson Fortes — Domício Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: Roberto Diniz Satyro

Divisão das Comissões, em 16 de abril de 1974.

4.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 51.ª Sessão (Extraordinária)
Realizada em 29 de Abril de 1974 (Segunda-Feira)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos srs. Deputados Muggiati Filho e Basílio Zanusso.

Às 1400 horas, é registrada a presença dos seguintes srs. Deputados: João Mansur — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Aguiinaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antonio Belinati — Antônio Lopes Júnior — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Emílio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Haroldo Bianchi — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Thomazoni — João Fadel — Leopoldo Jacomel — Luiz Roberto Soares — Maurício Fruet — Nelson Buffara — Ovídio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quíelse Crisóstomo — Rosário Pitelli — Wilson Brandão e Wilson Fortes. (33); achando-se ausentes os srs. Deputados: Santos Lima — Odilon Reinhardt — Antonio Costa — Antonio Maciel — Arizone Araujo — Arthur de Souza — Domício Scaramella — Gilberto Carvalho — Ivo Rocha — Lázaro Dumont — Marciano Baraniuk — Olavo Ferreira — Sebastião Rodrigues Júnior e Xenofonte Villanueva. (14).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**,

destinada à apreciação de Vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 33 srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

Discussão única — da Proposição n.º 106-74, Veto apostado ao Projeto de Lei n.º 66-73, de autoria do Dep. Leopoldo Jacomel, que autoriza o Poder Executivo transferir ao D.E.R., para efeito de retificação e pavimentação, o trecho de estrada que liga Piraquara a estrada Curitiba — Paranaguá (BR-277). Relatório da C.C.J. considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. — Encerrada a discussão. Em votação. — **Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, di 30, terça-feira, às 14,00 horas com a seguinte

ORDEM DO DIA:

Discussão única — da Proposição n.º 107-74.

Levanta-se a Sessão.

4.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 52.ª Sessão Ordinária
Realizada em 29 de Abril de 1974 (Segunda-Feira)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos srs. Deputados Jorge Sato e Muggiati Filho.

A Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes srs. Deputados: João Mansur — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Aguiinaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antonio Belinati — Antônio Lopes Júnior — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Emílio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Haroldo Bianchi — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Thomazoni — João Fadel — Leopoldo Jacomel — Luiz Roberto Soares — Maurício Fruet — Nelson Buffara — Ovídio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quíelse Crisóstomo — Rosário Pitelli — Wilson Brandão e Wilson Fortes. (33); achando-se ausentes os srs. Deputados: Santos Lima — Odilon Reinhardt — Antonio Costa — Antonio Maciel — Arizone Araujo — Arthur de Souza — Domício Scaramella — Gilberto Carvalho — Ivo Rocha — Lázaro Dumont — Marciano Baraniuk — Olavo Ferreira — Sebastião Rodrigues Júnior e Xenofonte Villanueva. (14).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO**.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte **EXPEDIENTE:**

OFÍCIOS:

Do Senhor Senador Octávio Cesário Pereira Júnior, agradecendo homenagem prestada à sua pessoa, pelos Senhores Deputados, Erondy Silvério, Wilson Fortes, Quíelse Crisóstomo e Olavo Ferreira, quando de sua gestão, frente à Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Justiça. — **Ao conhecimento dos Senhores Deputados interessados.**

Do Senhor Presidente da Legião Paranaense do Expedicionário, comunicando haver sido eleita e empossada a nova Mesa Diretora daquela Entidade. — **Ao conhecimento da Casa. — Agradeça-se.**

Do Senhor João Chabaud Biscaia, Presidente do Centro de Comércio Exterior do Paraná — CEXPAR, enviando a esta Casa, informação referente ao mês corrente, das atividades daquele Centro. — **Ao conhecimento da Casa.**

Sob os n.ºs 127 e 13-74, do Senhor Ismael Tibiletti, Presidente da Câmara Municipal de Araçongas, agradecendo voto de aplauso, formulado pelo Senhor Deputado Muggiati Filho, ao Senhor Dr. Joaquim Faria de Macedo, pelos relevantes serviços prestados à população de Araçongas, e ao Club Municipal de Esportes de Araçongas, por ter-se sagrado campeão do torneio quadrangular realizado nesta Capital. — **Ao Senhor Deputado interessado.**

Do Senhor Kurt Arthur Schwartze, Cônsul Geral da República Federal

da Alemanha, no qual agradece voto de regozijo, formulado pelo Senhor Deputado Igo Losso, por ocasião da "Semana de Cultura Alemã". — **Ao Senhor Deputado interessado.**

Sob o n.º 29-74, do Senhor Daniel Miranda, Presidente da Câmara Municipal de Mamborê, comunicando a renúncia do Senhor Vereador João Seratiuk por motivo de mudança para outro Município. — **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o n.º 158-74, do Senhor Dr. Theodoro Newton Diretrichs, Prefeito Municipal de Imbituva, solicitando apoio desta Casa, para exoneração dos atuais cargos de Juiz de Paz e Delegado do Distrito de Apiaba. — **Ao conhecimento da Casa.**

Do Senhor Diretor do Departamento Nacional de Telecomunicações, convidando esta Casa, bem como os funcionários para abertura da Exposição Comemorativa ao Dia das Comunicações a realizar-se no dia 5 de maio à Rua Cândido de Abreu, 200 — Federação das Indústrias. — **Ao conhecimento da Casa.**

TELEGRAMA:

Do senhor Newton Cyro Braga, Secretário Geral do Ministro dos Transportes, nos seguintes termos:

Propósito Vosso Ofício SC-312-74 de 2.3.74, cumpre-me vossencia assunto encaminhado estudo DNER fim proporcionar resposta concreta pt CDS. — **Ao conhecimento da Casa.**

REQUERIMENTOS:

— de autoria do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 36-74.

Requerimento

Senhor Presidente

O Deputado infra assinado, no uso de suas atribuições regimentais, requer, à Mesa, após ouvido o Plenário, a inclusão em Ata dos trabalhos de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Mário Clapier Urbinati.

O referido cidadão exerceu os cargos de Ex-Vereador, Ex-Presidente da Câmara Municipal de Maringá e 1.º Vice Prefeito de Maringá.

Da decisão da Casa, solicita-se, ainda dê-se ciência à família enlutada através da Câmara Municipal de Maringá.

Sala das Sessões, em 29 de abril de 1974.

(a) — Jorge Sato

Requerimento

Senhor Presidente.

Requeiro à Mesa, ouvida a Casa, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido em data de ontem, do professor Doutor Arildo José Albuquerque.

O professor Arildo Albuquerque exercia presentemente o cargo de Orientador Pedagógico da Associação de Ensino Novo Ateneu. Era aposentado como Professor daquela entidade e do Colégio Estadual.

Era médico da Secretaria de Saúde Pública, exerceu por muitos anos a Direção do Sanatório da Lapa, onde grangeou grande consideração e amizade pelo seu espírito humanitário e cristão.

Desapareceu aos 60 anos de idade, depois de ter prestado estes grandes e relevantes serviços à comunidade.

Assim, justa é a homenagem póstuma ao mesmo, com a transcrição de seu nome nos Anais Históricos do Paraná.

Requeiro, outrossim, uma vez aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa à família enlutada e a Associação de Ensino Novo Ateneu.

Sala das Sessões, em 29 de abril de 1974.

(a) — Igo Losso

Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, requer, o envio de telegrama ao Novo Governo Português, nos seguintes termos:

Assembleia Legislativa Paraná congratula-se com povo português partilhando alegria instituição regime democrático compatível dignidade humana pt Sala das Sessões, em 29 de abril de 1974.

(a) — Alvaro Dias

Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, usando de suas atribuições regimentais requer, após a anuência do Plenário, seja endereçado expediente ao Exmo. Senhor Governador Emílio Gomes, pedindo sejam adotadas providências visando a reabertura, com urgência, do escritório da Junta Comercial do Paraná que vinha funcionando em Londrina.

O referido escritório encontra-se fechado já há longo tempo, sem razão justificável, acarretando prejuízos dos mais diversos para o comércio e para os escritórios que operam no ramo de contabilidade em todo o Norte do Paraná.

Considerando a importância que representa tal escritório, se faz necessária a intervenção do próprio chefe do Executivo estadual visando normalizar as atividades da Junta Comercial naquela cidade, porquanto no momento todos os interessados em problemas ligados à ela são obrigados a virem até Curitiba, dispendendo tempo e gastos que seriam evitados com as medidas ora propostas.

Sala das Sessões, em 29 de março de 1974.

(a) — Antônio Belinati

Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, inserção em Ata de voto de congratulações e aplausos ao Senhor NILO UMBERTO DEITOS, Prefeito Municipal de Céu Azul, pelo dinamismo e brilhantismo com que vem exercendo as funções de Chefe do Executivo Municipal daquele Município.

Outrossim solicita, que da decisão desta Casa, seja dado ciência ao mesmo.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1974.

(a) — Odilon Reinhardt

JUSTIFICATIVA

É realmente notável e impressionante o tino administrativo apresentado pelo Senhor Nilo Umberto Deitos, Prefeito Municipal de Céu Azul.

Entusiasmado com o desenvolvimento nos mais diversificados meios de produção implantados na região oeste de nosso Estado, quando assumiu a

Prefeitura Municipal de Céu Azul, o fez com o propósito de empreender à sua administração o mesmo ritmo de desenvolvimento que toda aquela região apresentava.

Com dinamismo, boa vontade e muito empenho e trabalho, vem realizando, sem e menor sombra de dúvida, uma das mais profícuas administrações municipais daquela região.

Portanto, na condição de representante daquela região nesta Assembléia, quero tornar público que tenho acompanhado muito de perto o brilhante trabalho desenvolvido pela presente administração municipal de Céu Azul.

Como já se não bastassem suas realizações até o presente momento, no próximo mês deverão ser entregues ao povo outras importantes benfeitorias, quais sejam, o prédio que sediará a Biblioteca Pública Municipal e outro que abrigará a nova Câmara de Vereadores, bem como outros benefícios indispensáveis e tão necessários ao desenvolvimento de Céu Azul.

Acreditamos portanto, estar amplamente justificada a razão que nos levou a propugnar o envio de voto de congratulações e aplausos desta Casa àquele administrador, que temos a absoluta certeza, o receberá com a humildade que caracteriza os grandes administradores, e, o tomará como incentivo a novas e grandes realizações em prol do povo do Município de Céu Azul.

Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que este subescreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o ilustrado Plenário desta Assembléia Legislativa,

REQUER:

1.º — seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Curitiba, Arquiteto Jaime Lerner, solicitando-lhe haja por bem determinar realização de estudos visando a implantação de um CENTRO COMUNITARIO no bairro do Cajuru, desta Capital, Pr.;

2.º — seja, desta decisão, dado ciência através de cópia de inteiro teor deste Requerimento, a Exma. Sra. Professora Genet Edith Vieira, do Grupo Escolar "República do Uruguai", daquele bairro.

Palácio "Dezenove de Dezembro", 26 de abril de 1974.

(a) — João C. Fadel

JUSTIFICATIVA

A comunidade do bairro do Cajuru, desta Capital, de há muito vem sentindo-se como que marginalizada no processo de desenvolvimento urbano da Capital do Estado, porquanto, até agora, não lhe foi destinado especificamente nenhuma obra de significação que lhe seja própria e responda às justas reivindicações de seus moradores.

A Prefeitura Municipal de Curitiba já se faz presente naquele bairro com uma bem instalada Unidade Sanitária, do Departamento do Bem Estar Social, que atende muito bem à população quanto ao aspecto de medicina preventiva e, em alguns casos, curativa. Não obstante, outros ângulos também importantes de organização e desenvolvimento da comunidade estão sendo deixados à margem da atuação do Poder Público e isso vem refletir-se na pouca motivação dos moradores daquele bairro para engajarem-se num trabalho sistemático para atendimento dos problemas básicos que estão a determinar, em alguns casos, um verdadeiro retrocesso sócio-econômico e cultural do Cajuru, o que é tanto mais inexplicável quando sabemos que a administração do Prefeito Jaime Lerner tem tido um sentido eminentemente social, com ênfase na promoção humana para atingimento da meta principal que se traduz em melhores condições de vida para o homem.

Entendemos, por isso, que a implantação de um CENTRO COMUNITARIO no bairro do Cajuru, por iniciativa da Prefeitura Municipal, seria fator primordial para convocação de todas as forças vivas daquela comunidade e poderia contar, de início, com um núcleo fortemente ativo e que encontrasse trabalhando de há muito, sem nenhum incentivo de ordem oficial, sob a denominação de Associação dos Amigos do Bairro do Cajuru. O CENTRO COMUNITARIO, além de englobar as atividades básicas que determinarão a elevação sócio-econômica do bairro poderá também constituir-se em célula poderosa de desenvolvimento ordenado de toda a região, dado o poder irradiante que possui o bairro do Cajuru em relação aos que lhe são limítrofes, além, naturalmente, de condicionar seus moradores para uma ação conjunta com o Poder Público na pesquisa e solução dos problemas infra-estruturais.

Os nobres Deputados certamente concordarão com a oportunidade deste Requerimento e, por isso, darão ao mesmo seu honroso e indispensável apoio.

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 44-74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica doado, ao Município de Japira, o trator de marca John Deere, modelo 730, série 7325962 (sete, três, dois, cinco, nove, seis, dois), dado em comodato pela Secretaria da Agricultura ao referido Município e inservível para o serviço público estadual.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de abril de 1974

(a) — Gabriel Manoel

JUSTIFICATIVA:

O trator a que refere o Projeto está atualmente em poder do Município de Japira, por força do empréstimo concedido pela Secretaria de Agricultura.

Ocorre que a máquina, no estado em que se encontra, não mais pode servir em termos econômicos ao Estado. Daí a presente doação, a fim de que o Município, como proprietário, obtenha alguma vantagem investindo na sua recuperação.

Por outro lado, medidas semelhantes a esta são costumeiras no âmbito da Administração estadual, conforme se pode comprovar pela volumosa legislação idêntica existente na Casa.

PROJETO DE LEI N.º 45-74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Artigo 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado transferir para a Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura, para fins de conservação, manutenção e funcionamento o Ginásio Municipal de Jardim Alegre, neste Estado.

Artigo 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", 26 de abril de 1974.

(a) — João C. Fadel

JUSTIFICATIVA

A Prefeitura Municipal de Jardim Alegre, neste Estado, vem encontrando cada vez maiores dificuldades para manutenção do Ginásio Municipal, haven-

do mesmo seria ameaça de que seja paralizado seu funcionamento caso não haja pronta intervenção do Estado para normalizar a situação especialmente no que se refere à remuneração dos professores.

O Ginásio Municipal de Jardim Alegre tem elevada significação sócio-cultural para toda a região e não vemos porque não possa ser o mesmo transferido para a Secretaria de Educação e Cultura para fins de manutenção e funcionamento, com o que estaria o Poder Executivo apenas imposição constitucional de aprimoramento da rede estadual de ensino e não representaria, essa nova responsabilidade, nenhum gravame intransponível, de ordem econômica e financeira, para o órgão executor da política educacional do Estado.

A estadualização do Ginásio Municipal de Jardim Alegre é antiga e justa reivindicação de todos os moradores daquele Município e traria de imediato resultados benéficos para toda a região, quer quanto ao aspecto de certeza na continuidade de funcionamento da unidade, quer quanto à liberação de responsabilidade de manutenção por parte da Prefeitura Municipal que poderia, assim, aplicar em outros setores igualmente carentes os recursos financeiros que vem dispendendo com o referido Ginásio Municipal.

Entendemos, por outro lado, que a estadualização seria de interesse para a própria Secretaria de Educação e Cultura, pois que lhe facilitaria a implantação da reforma do ensino, conforme preconizada em lei federal, quando chegasse a ocasião para aquela região.

Os nobres Deputados certamente compreenderão, sem necessidade de maiores argumentos que o presente Projeto de Lei é justo e oportuno e, assim, darão ao mesmo seu honroso e indispensável apoio.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Não há oradores inscritos para o Pequeno Expediente.

Para o Grande Expediente concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O acontecimento histórico vivido por Portugal é uma autêntica demonstração de que o poder das idéias há de se sobrepor sempre ao poder da força.

Apresentamos Requerimento hoje enviando congratulações ao novo Governo de Portugal pela instituição do regime democrático naquele País, compartilhando da alegria do povo português pela instituição do único regime compatível com a dignidade humana.

Eleições diretas. liberdade de imprensa e garantia dos direitos individuais, motivos de satisfação e de orgulho para a gente portuguesa.

Fica, desta Tribuna, o registro de nossa satisfação.

Sr. Presidente, a Associação dos Professores do Paraná, consciente da responsabilidade que possui ao representar grande parcela do Funcionalismo Público de nosso Estado, elaborou memorial e enviou-o às autoridades, trazendo o seu pensamento sobretudo em relação à Mensagem que esta Casa votará hoje, propondo aumento de vencimentos para o Funcionalismo Público do Estado.

E este memorial, por merecer de nossa parte a maior das atenções, é motivo do pronunciamento que fazemos hoje.

Constatamos, que o Estado elaborou as leis e não as cumpre. Para que elaborá-las? Para iludir? Para fomentar falsas esperanças? Por que descumpri-las? Para desiludir? Para frustrar esperanças alimentadas?

A Associação dos Professores destaca a Lei 5.978/69, publicada no Diário Oficial do Estado em data de 4 de agosto de 1969 e faz com que se construa essa imagem. Lamentavelmente esse instrumento que se obedecido produziria benefícios apreciáveis à classe dos servidores foi totalmente esquecido completamente ignorado e desprezado pelos dirigentes deste Estado.

Assim é que não se concedeu a propalada paridade entre os funcionários dos três Poderes. Não se fez menção ao nível universitário para o professor licenciado por Faculdade de Filosofia, numa odiosa e incompreensível discriminação, pois outras categorias profissionais, em nível universitário, habilitadas por curso superior, inclusive de tempo de duração inferior ao das Faculdades de Filosofia, foram acomodadas.

A exigência da designação de uma Comissão de Promoções e da Regulamentação das Promoções não foi igualmente cumprida, deixando o Poder Executivo expirar o prazo de 90 dias, estabelecido para tais providências. A Lei estabeleceu ainda o prazo de 60 dias para que se fizesse a Regulamentação competente referente ao Regime de Tempo Integral e de Dedicção exclusiva, o que também não se verificou.

Se fazemos estas considerações, Sr. Presidente, é porque entendemos que o Partido da situação também deva se manifestar a respeito.

Todos nós recebemos este Memorial e todos nós devemos dedicar a ele a nossa maior atenção. É por isso que esperamos o pronunciamento, sobretudo do Líder do Governo nesta Casa a respeito daquilo que disseram os professores do Paraná, através deste Memorial.

Aborda ainda o Memorial que, "através da Lei 5.928/69, foram extintos 10 mil e dois cargos constantes do Quadro Único do Pessoal Civil do Poder Executivo, de Quadros Próprios de Autarquias, com o objetivo de proporcionar vencimentos mais condignos ao professorado e ao funcionalismo. Tal objetivo não foi cumprido, pois sancionada a Lei 5.978-69 (Lei da Reavaliação de Cargos), esses cargos foram reavaliados a partir de 1.º de agosto de 1969. O Funcionalismo, no decorrer de 1970 não percebeu reajuste, embora a ele fizesse jus. Apenas a 1.º de novembro desse ano, o Governo concedeu um abano de emergência no valor de 20 por cento. Com a mudança de Governo a partir de março de 1971 foi concedido um reajuste na base de 30 por cento pago em duas etapas: a primeira no valor de 20 por cento, a partir de março de 1971; a segunda, de mais 10 por cento sobre os vencimentos da época, a partir de 1.º de agosto. Aconteceu nova mudança de Governo, e o Sr. Parigot de Souza entendeu haver recebido o Funcionalismo aumento em agosto e concedeu reajuste apenas em 72, não em março como era norma seguida, mas apenas em setembro, no montante de 20 por cento. Portanto, esses reajustes não se verificaram nas mesmas proporções da elevação do custo de vida, produzindo, desta forma, enormes prejuízos à imensa classe de servidores estaduais, desestimulados por essa política salarial injusta. No ano passado, quando todos aguardavam aumento a partir de agosto, o mesmo só se verificou a partir de 1.º de outubro. Com isso, esses reajustes feitos sistematicamente com atrasos e computando-se ainda os abonos de emergência, provocam, mais de um ano de defasagem em matéria de aumento".

E, hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados, uma missão inglória nos está reservada: aprovar uma Mensagem que consideramos irreal, discricionária e injusta. A Mensagem que concede aumento de vencimentos ao Funcionalismo de nosso Estado. Aumento que ao invés de fazê-lo sorrir o entristece profundamente, o magoa, o irrita e o descontenta e, lamentavelmente, o desestimula, porque não corresponde às suas necessidades e sobretudo, não premia os méritos de quem produz. Nem mesmo o preceito que "todos são iguais

perante a Lei" é considerado pelo Estado que, nesta Mensagem desrespeita frontalmente aqueles que nele confiam, como instrumento destinado a promover o bem comum.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, para confirmar essa acertiva basta que se cite o professor suplementarista aliado da presente Mensagem, apesar de estar enquadrado no decreto 5.012 do corrente ano. Tem-se a impressão que, para o Estado, o suplementarista continua a não existir.

Gostaria de ler a notícia inserida no jornal "O Estado do Paraná", do último dia 27:

(Assume a Presidência o Sr. Deputado Jorge Sato)

"O Secretário dos Negócios do Governo, Sr. Vesperto Mendes, disse ontem que o abono de 10% a ser dado em outubro, é antecipação do aumento que virá no ano que vem, sendo consequentemente quando esse ocorrer. Isso quer dizer que se vier o aumento de 20% em 75, ele será na realidade, de só 10%, uma vez que os outros 10% já teriam sido autorizados em outubro como abono.

O Secretário Vesperto Mendes não quis falar sobre o Projeto de aumento que tramita na Assembléia, porque acha que os Deputados é que devem saber das possíveis falhas contidas nos seus artigos. Segundo o Secretário, qualquer dúvida que surgir quanto à redação do Projeto, deve ser levantada na Assembléia".

Então eu já não entendo mais nada. Porque não se permitiu alteração ao Projeto de aumento de vencimentos para o Funcionalismo do Estado. E, no entanto, o Secretário dos Negócios do Governo joga toda responsabilidade nos ombros dos Srs. Deputados. Gostaria, até mesmo de ouvir uma confirmação dessa notícia, porque ao que sabemos não se permitiu à Comissão Técnica desta Casa, acolher as Emendas apresentadas pelos Srs. Deputados.

O Sr. Iris Caldart — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Não obstante as expressões do Sr. Secretário e ao que se diz e ao que se sabe, que não foi permitida alteração, devemos ressaltar a posição do MDB nesta Casa, porque nós intervimos, nós pedimos, nós suplicamos, nós denunciemos, nós dissemos dessa Tribuna e em aparte, que o Projeto, ou os Projetos, e Emendas sobre o Projeto anterior etc, estavam eivados de vícios e de erros. Inclusive, permitindo se assim aprovado, até a propositura de mandados de segurança. Portanto, fica ressaltada a posição e comportamento da Bancada do MDB, com respeito a isso que já se diz a "Mensagem da gorjeta dos Funcionários Públicos do Estado". Muito obrigado.

O SR. ALVARO DIAS — Agradeço o aparte de V. Exa. e o pronunciamento que fazemos neste instante, tem justamente esse objetivo e essa finalidade. Cientes de que não devemos alterar a Mensagem, queremos, pelo menos, que a nossa posição seja alçada, definitivamente e que conste dos Anais históricos desta Casa. Porque, impossibilitados por força da situação, de alterar determinadas medidas do Executivo, temos que, contrariados, assistir a transformação em lei dessa Mensagem portadora de vícios e de erros, de injustiças e discriminações, e até mesmo de má fé. Má fé, frisamos bem.

O Sr. Ivo Thomazoni — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Desculpe nobre Deputado, não é a primeira vez que V. Exa. vem à Tribuna criticar a Mensagem Governamental de aumento do Funcionalismo Público do Estado, como criticou também a Mensagem que institui Gratificação de Produtividade Administrativa. Recebeu apertes que a Liderança achou por bem de oferecer, dando esclarecimento a V. Exa. e também aos Srs. Deputados da Bancada do MDB. No entanto, agora V. Exa. volta à Tribuna repisar o assunto e deveria, à guisa de informação, dizer que não há má fé, por parte do Sr. Governador do Estado, em pretender a aprovação dessa Mensagem de aumento, nos termos em que ela foi oferecida a esta Casa. Em instante nenhum esta liderança deixou de considerar a redação do parágrafo único do artigo 8.º da referida Mensagem. Portanto, não houve sofisma Srs. Deputados.

O Governo está a oferecer e a conceder o aumento dos índices que considero poder dar a partir de 1.º de março do corrente ano e o abono a partir de 1.º de outubro deste ano e o reajustamento por decreto a partir de março de 75.

É cansativo voltar a repisar que o Governo do Estado, com as proposições que estão em andamento nesta Casa, vai dispendar soma superior a 60% do total da arrecadação do Estado em o pagamento do Funcionalismo do Estado.

É desnecessário dizer que as gestões feitas por esta Casa junto ao Sr. Governador tiveram sucesso em inúmeros aspectos referentes a uma das Mensagens que propõe uma quota como Gratificação de Produtividade que, de início, beneficiava determinada categoria do Funcionalismo dos quadros próprios do Executivo e das várias autarquias em razão das gestões feitas por esta Assembléia Legislativa, aquele benefício foi estendido ao pessoal da Magistratura, aos Conselheiros, aos Auditores e aos Procuradores do Estado junto ao Tribunal de Contas. Mais tarde conseguimos reajustar também os valores relativos às gratificações dos médicos, dentistas e pessoal da Secretaria de Saúde; e mais tarde ainda se conseguiu do Governador que esse benefício venha a ser extensivo aos Funcionários da mesma categoria do Poder Legislativo, Poder Judiciário e Tribunal de Contas.

Devo informar a V. Exa. que a Bancada da Aliança Renovadora Nacional, em sua maioria, deverá votar os dois Anteprojetos de Lei tendo em vista que o Governador do Estado, fiel ao compromisso assumido antes de sua posse, enviou a esta Casa a Mensagem 14/74. Não esqueça V. Exa. que o Governador Emílio Gomes concedeu aumento de vencimentos no ano passado, concede, através de Mensagem a ser votada por esta Casa, aumento a partir de 1.º de março e concederá um abono a partir de 1.º de outubro. Veja V. Exa. que em nenhuma Unidade Federativa deste País, Governo algum se atribuiu esta autoridade para até contrariar uma disposição do Governo Federal que em forma de recomendação, determina que não se dê dois aumentos num período inferior a doze meses. O Governador de nosso Estado propõe dois aumentos, um abono e V. Exa. não está satisfeito.

Deus queira que o Paraná tivesse condições melhores para conceder 50% de aumento. Mas, isto é impossível. O Governo do Estado não pode deferir aumento maior porque já dispende mais de 60% do total da sua arrecadação com o pagamento do Funcionalismo.

O Estado precisa muitas obras no setor rodoviário, e no setor educacional, no setor de segurança enfim em todos os setores. Todos eles estão a necessitar de uma injeção de recursos capaz de dar uma infra-estrutura a este Estado, capaz de dar condições para o desenvolvimento deste Estado que V. Exa., tanto quanto eu, reclama.

Devo informar a V. Exa. que a liderança do Governo considera encerrada a discussão referente às duas Mensagens até que as Mensagens venham à consideração deste Plenário.

O SR. ALVARO DIAS — Agradeço o aparte de V. Exa. e vou responder por partes.

Respeito a posição de V. Exa., sobretudo quando afirma ser cansativo trazer aqui a defesa dos interesses do Governo do Estado neste assunto, aumento de vencimentos para o Funcionalismo Público. Quero dizer a V. Exa., que,

mais cansativo ainda, é para o Funcionalismo Público, continuar aguardando a compreensão e a sensibilidade governamental.

Com relação à quota de Produtividade, continuo achando, apesar de todos os louvores narrados por V. Exa., ao Governo do Estado, em razão dela, continuo a entender como discriminatória e injusta porque considera a maioria do Funcionalismo do Paraná, como uma maioria improdutiva. Será que aqueles que não possuem nível universitário não estão produzindo? Será que mesmo aqueles com nível universitário e que não foram incluídos neste benefício, não estão produzindo também?

Com relação à má fé que citei, não o fiz irresponsavelmente, se o fiz, foi em razão do artigo que V. Exa. citou e que me facilita neste instante, o artigo 8.º.

O artigo 8.º que diz: "Fica o Poder Executivo autorizado a, sempre que o Governo Federal conceder majoração geral aos vencimentos de seus Funcionários, reajustar por decreto os vencimentos do Funcionalismo Estadual até os mesmos percentuais adotados pela União, dentro das limitações orçamentárias".

Ora nobre Deputado, esse ATÉ poderá ser visto, como frisa o Memorial dos Professores, como uma possibilidade e não como uma obrigação, de vez que a redação certa deveria ser "nos mesmos percentuais e vigência adotados pela União, lançando-se mão de créditos suplementares" e não, "dentro das limitações orçamentárias".

A Mensagem diz claramente que o Poder Executivo, para atender o aumento proposto utilizará todos os recursos disponíveis e não lançará mão de créditos suplementares para atender a despesa corrente.

Colocou-se numa posição bastante cômoda, sobretudo em face do novo Estatuto do Magistério, contrariando inclusive dispositivos contidos no Decreto Lei n.º 5692/71, quando diz de nenhuma possibilidade, neste exercício, de serem procedidas revisões ou simples alterações em quadro Pessoal de qualquer das áreas da administração pública.

V. Exa. falou que nenhum dos Estados etc. etc. etc.

Realmente, nenhum dos Estados concedeu aumento tão insignificante, nenhum concedeu gorjeta — como diz o Deputado Iris Caldart — porque todos, que eu tenha conhecimento, pelo menos seguiram o exemplo do Governo Federal e deram 20% de reajuste salarial; não só os Estados, como também os Municípios, inclusive aqueles que já haviam concedido 15%, complementaram a Mensagem anterior concedendo mais 5%...

O Sr. Ivo Thomazoni — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Vou em partes, nobre Deputado Alvaro Dias.

V. Exa. critica tanto o Governo por ter dado aumento tão irrisório. So, mese o aumento concedido a partir de 1.º de março e verifique se o Paraná está a dever ao Funcionalismo. V. Exa. fez um apanhado de Governos anteriores e do novo Governo do Sr. Emílio Gomes, ...

O SR. ALVARO DIAS — Eu já fiz o apanhado, nobre Deputado, do índice dos últimos aumentos.

O Sr. Ivo Thomazoni — V. Exa., devo dizer também a V. Exa. que V. Exa. deve estar lembrado que categorias funcionais não portadoras de diplomas de curso superior são no Estado do Paraná bem remuneradas, no meu entender. Temos faixa do Funcionalismo do Estado, V. Exa. há de concordar comigo, o Pessoal da Secretaria da Fazenda, do Departamento de Renditas Internas tem uma tabela própria como instituição de quotas de Produtividade que permite vencimentos dignos da função responsável que eles exercem. São bem remunerados. V. Exa. sabe que neste Governo nós legislamos aqui sobre o novo Código da Polícia Civil que é hoje uma das melhores remuneradas deste País, nós legislamos sobre o novo Estatuto da Polícia Civil do Estado que capacitará aos integrantes daquela corporação também vencimentos condizentes com a alta responsabilidade das suas funções. V. Exa. não se referiu a nada disto, V. Exa. volta a se referir e repisar aos minguados 10% que o Governador está hoje oferecendo aos seus Funcionários, V. Exa. devia fazer um pouco mais de justiça ao Governador Emílio Gomes que está altamente preocupado pela vez primeira, quero crer, em considerar o Funcionalismo do Estado, de uma forma global também. Veja V. Exa. que ele preocupou-se com aquela classe funcional que estava, no meu modo de entender atrasada e sendo mal paga no Estado e nada agora me assegura, nobre Deputado Alvaro Dias, que os professores suplementaristas percebendo o segundo aumento que nós estamos votando hoje nesta Casa, que não estejam sendo bem remunerados com a aula suplementar, sendo pagas pelo Estado a razão de mais de 17 cruzeiros a aula suplementar, por 45 minutos de aula. Veja V. Exa., nobre Deputado que nós teremos que votar aqui nos próximos dias, eu quero crer, o novo Estatuto do Magistério então, nós vamos verificar da situação do Magistério dentro do estudo de um documento que haverá de tratar especificamente da situação do Magistério do Estado, V. Exa. quer tudo de uma vez, como se o Governador do Estado dispusesse da mágica máquina de fazer dinheiro que funcionou a todo o vapor durante tantos e tantos anos no Governo Kubitschek, para inflacionar mais este País. O Governador tem que se ater diante da realidade da sua receita e nós, nobre Deputado, queremos, desta Tribuna, repisar sem pretender louvar o Governador que ele está altamente preocupado e fazendo o possível para que seu Funcionalismo, confiando nele, venha tendo, nos episódios que estão se sucedendo aqui, pelas Mensagens que o Governador vem mandando, tenha melhores condições mas nós teremos que ter também um pouco de compreensão para com o Governador, porque V. Exa. vem registrar desta Tribuna, que deseja mais quilômetros de estradas asfaltadas, maiores condições da rede de armazém para a produção extraordinária deste Estado, mais rede de pontes para o plano rodoviário, maior número de salas de aula. V. Exa. também defende daí a implantação de rodovias, de estradas secundárias para o escoamento da nossa produção. Vamos por partes, do contrário o Governo vai pôr sua máquina de arrecadação a funcionar para fazer dinheiro, inclusive para pagar seus funcionários que nós também queremos sejam melhor remunerados. O que nós queremos dizer, vamos por parte neste Governo do Sr. Emílio Gomes que é este Governo de esclarecimento, é alguma coisa de bom, não será agora que os reajustamentos estão sendo feitos por etapas, dentro da capacidade de suporte financeiro do Governo que se queira, desta Tribuna, considerar o Governador como desumano.

O SR. ALVARO DIAS — V. Exa. faz separações que eu considero desnecessárias. Diz que o Dr. Emílio Gomes nada tem a ver com os Governadores que o antecederam. Eu não critico pessoas; eu critico Governos. É o mesmo sistema, o mesmo Governo, apenas se trocam os homens. E, infelizmente — e não somos responsáveis por isto, ultimamente muito se tem trocado, prejudicialmente ao Estado do Paraná. Não nos responsabilizamos, mesmo porque, somos frontalmente contrários à forma como se escolhem os dirigentes nesta terra. V. Exa. fala que o Funcionário da Polícia Civil também ganha bem; que o Professor também ganha bem; nós não entendemos assim.

O Sr. Ivo Thomazoni — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento)

V. Exa. está mudando o sentido das minhas palavras. V. Exa. entendeu mal, quando eu disse que o pessoal da Polícia Civil vai passar a ganhar bem,

MENSAGEM 54-72

Curitiba, 19 de outubro de 1972

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 23 de agosto de 1972, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura e o Ministério da Agricultura, objetivando o desenvolvimento do Plano de Combate à Raiva dos Herbívoros, utilizando a "Vacina ERA".

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá desta Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA
Governador do Estado

TERMOS DE CONVÊNIO, entre si fazem o MINISTÉRIO DA AGRICULTURA e o ESTADO DO PARANÁ, através da Secretaria da Agricultura, objetivando o desenvolvimento do Plano de Combate à Raiva dos Herbívoros, utilizando a "Vacina ERA".

Aos vinte e três (23) dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e setenta e dois (1972), o MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, daqui por diante referido como "MINISTÉRIO", representado pelo seu Diretor Estadual no Paraná, Eng. Agr. JOÃO PALMA MOREIRA, devidamente credenciado pela Portaria n.º 416 de 17-11-71, do Sr. Ministro de Estado da Agricultura e o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura, daqui por diante referido como "SECRETARIA", representado pelo Secretário da Agricultura, Eng. Agr. ROULIEN BASAGLIA, devidamente autorizado pelo Governador do Estado, conforme despacho proferido no ofício n.º 912-72-G, firmam o presente Convênio, objetivando o desenvolvimento do Plano de Combate à Raiva dos Herbívoros, de conformidade com as cláusulas a seguir discriminadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA — A finalidade do presente Convênio é o emprego conjunto de esforços, com objetivo de se executar, plenamente, o Plano de Combate à Raiva dos Herbívoros na região do litoral do Estado do Paraná, mediante a vacinação sistemática dos animais, utilizando a "Vacina ERA".

CLÁUSULA SEGUNDA — O "MINISTÉRIO" colocará à disposição da "SECRETARIA" para revenda aos criadores, à vista 20.000 (vinte mil) doses da "Vacina ERA", em 4 (quatro) parcelas de 5.000 (cinco mil) doses, ao preço de Cr\$ 2,50 (dois cruzeiros e cinquenta centavos), perfazendo o total de Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros), pagáveis depois da entrega de cada parcela dessa vacina.

CLÁUSULA TERCEIRA — O "MINISTÉRIO" colaborará na execução do presente Convênio orientando, supervisionando e avaliando a execução dos trabalhos, através dos seus técnicos para tal fim designados.

CLÁUSULA QUARTA — A "SECRETARIA" designará um Médico-Veterinário, do seu quadro ou credenciado, para executor do presente Convênio o responsável pela execução dos trabalhos.

CLÁUSULA QUINTA — O Executor obriga-se a apresentar os respectivos demonstrativos original de cada mês, além de detalhado Relatório Anual, ao Diretor da como quadro final demonstrativo das vacinas recebidas e aplicadas.

CLÁUSULA SEXTA — A importância correspondente a cada parcela entregue das vacinas, será recolhida pela "SECRETARIA", através de guia específica, a Agência do Banco do Brasil S. A. em nome do Fundo Federal Agropecuário, para que seja transferido à Agência Centro em Brasília, em conta idêntica.

CLÁUSULA SÉTIMA — O presente Convênio terá vigência até 31-12-73, podendo ser prorrogado mediante competente Termo Aditivo.

CLÁUSULA OITAVA — O presente Convênio passa a vigorar após sua publicação no Diário Oficial da União.

E, para firmeza e validade do que ficou estipulado, lavrou-se o presente Termo, com uma via original e 5 (cinco) cópias de igual teor, que depois de lido e achado certo, estão assinadas pelas partes convenientes e testemunhas.

João Palma Moreira
Diretor Estadual
Roulien Basaglia
Secretário da Agricultura
TESTEMUNHAS:
1. — Assinatura Ilegível
2. Assinatura Ilegível

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 163-73, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 71-73, encaminhando anteprojeto de Lei que dispõe sobre o Controle Acionário da Companhia de Telecomunicações do Paraná — TELEPAR, e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

MENSAGEM 71.73

Curitiba, 9 de agosto de 1973

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que dispõe sobre o controle acionário da Companhia de Telecomunicações do Paraná — TELEPAR, e dá outras providências.

A Lei n.º 4.117, de agosto de 1962, representa um marco decisivo na história do desenvolvimento das Telecomunicações no Brasil.

Com o código brasileiro de Telecomunicações, com a criação do Ministério das Comunicações e com a implantação do sistema básico de Telecomunicações pela EMBRATEL, o Governo Federal criou os instrumentos necessários para promover o desenvolvimento das Telecomunicações.

O Paraná respondeu prontamente ao chamado do progresso e desenvolvimento, implantando um moderno sistema de Telecomunicações que atende a grande parcela de sua população.

Com efeito, Senhor Presidente, os mais importantes núcleos de nosso Estado dispõe hoje das facilidades do sistema DDD, o qual através da elevada qualidade de transmissão encurta as distâncias, aproxima as pessoas e acelera o progresso.

Não podemos permitir o arrefecimento do ritmo de nosso progresso, mormente no campo das telecomunicações.

Vencidos que foram até aqui, os diversos estágios para a implantação do

nosso sistema de Telecomunicações, temos agora que partir, com a mesma firme determinação que nos tem caracterizado, para o atendimento de outras áreas de nosso Estado, expandindo e ampliando nosso atual sistema, substituindo os equipamentos já obsoletos por outros ensejados pela moderna técnica, implantando inclusive uma moderna central de trânsito para as ligações internacionais através do nosso Tronco Oeste.

O vulto dos investimentos necessários ao atendimento das novas etapas, acrescido dos compromissos já assumidos pela TELEPAR, atinge níveis bastante elevados, quase insuportáveis para o Estado quando consideramos que outras áreas de nossa infraestrutura merecem igualmente atendimento prioritário.

Este, Senhor Presidente, é o panorama que vislumbro na área das telecomunicações. Ele, de um certo modo, se reflete nas demais Unidades da Federação.

Sensível a esta situação, o Governo da República, autorizado pela Lei número 5.792, de 11-07-72, criou a Telecomunicações Brasileira S. A. — TELEBRAS, cujo objetivo, entre outros, é o de, através de investimentos adequados, dar às concessionárias de serviços telefônicos o necessário apoio financeiro técnico e administrativo que possibilite um perfeito equacionamento de atividades no campo das telecomunicações em nosso País.

Nesse sentido, a TELEBRAS tem concedido à TELEPAR, sempre que solicitada, o apoio financeiro necessário decorrente de compromissos já assumidos. Todos nós temos assistido ao formidável crescimento de nosso sistema de telecomunicações, crescimento este que colocou o Paraná em posição privilegiada no cenário nacional. Todavia, os compromissos assumidos para possibilitar tal situação, comprometem hoje, a continuidade das novas expansões.

A continuidade dessa situação, porém, nos conduz a uma condição que, face à lei que criou a TELEPAR, nos parece insustentável.

Com efeito, Senhor Presidente, o montante dos recursos já aplicados pela TELEBRAS na TELEPAR, acrescido dos novos investimentos indispensáveis, colocará a TELEBRAS nas condições de maior acionista, suplantando o Estado do Paraná, fato este que conflita com a Lei 4.880 de 3 de julho de 1964.

Assim, o projeto de lei que ora submetemos a apreciação dessa Egregia Assembléia, tão somente objetiva conceder à TELEPAR os meios para dar continuidade aos seus planos de expansão.

Com efeito, caso o Governo do Estado do Paraná disponha de recursos e o desejo, poderá continuar mantendo, nos termos do anteprojeto de lei ora proposto, a maioria acionária da TELEPAR.

Cumpra ainda ressaltar que, com essa medida, poderá este Governo canalizar para outras áreas prioritárias como segurança, educação, saúde, saneamento, transportes, energia, etc. recursos que seriam, de outra forma, destinados à área das Telecomunicações.

Cuido ser desnecessário aduzir outros argumentos em torno do projeto cuja relevância fala por si mesma, significando um novo marco na infraestrutura desenvolvimentista do Estado no setor de Telecomunicações e em termos de integração nacional que é a tônica preponderante das diretrizes preconizadas pelos Governos da Revolução.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

JOÃO MANSUR

Presidente da Assembléia Legislativa no exercício do cargo de Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º O controle acionário da Companhia de Telecomunicações do Paraná — TELEPAR, poderá ser exercido pelo Estado, ou por entidades da Administração Federal, Estadual ou Municipal, isolada ou conjuntamente.

Art. 2.º O Estado do Paraná far-se-á representar nas Assembléias Gerais da TELEPAR através do Secretário de Viação e Obras Públicas o qual exercerá o direito de voto praticando todos os demais atos que forem necessários à defesa dos direitos do Estado como acionista.

Art. 3.º Ficam revogados o art. 2.º, o § 2.º do art. 3.º e o art. 4.º da Lei n.º 4.880, de 3 de julho de 1964 e demais disposições em contrário.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 163-73.

A proposição ora em exame, tem seu fundamento na Mensagem Governamental n.º 71-73 que estabelece que o controle acionário da Companhia de Telecomunicações do Paraná — TELEPAR, poderá ser exercido pelo Estado, ou por entidade da Administração Federal, Estadual ou Municipal, isolada ou conjuntamente.

Revestido que está o Projeto de todas as formalidades constitucionais legais e regimentais, entendo que o mesmo poderá ser aprovado pela Casa.

É o parecer.

Sub.censura.

Sala das Comissões, em 29 de agosto de 1973.

(Assinatura Ilegível)

PRESIDENTE

Ovidio Franzoni

RELATOR

(Assinatura Ilegível)

(Assinatura Ilegível)

(Assinatura Ilegível)

(Assinatura Ilegível)

(Assinatura Ilegível)

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N.º 163.73

P A R E C E R

O Projeto de Lei enfocado, tem suas raízes na Mensagem Governamental n.º 71-73, que estabelece que o controle acionário da Companhia de Telecomunicações do Paraná — TELEPAR, poderá ser exercido pelo Estado, ou por entidades da Administração Federal, Estadual ou Municipal, isolada ou conjuntamente.

Ao examinar a matéria a Douta Comissão de Constituição e Justiça, opinou pelo acolhimento da medida.

No âmbito que a esta Comissão cabe examinar, ou seja, o aspecto financeiro, não vemos nenhum obstáculo que se lhe anteponha.

Destarte, opino pela APROVAÇÃO do Projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18-09-73.

(Assinatura Ilegível)

PRESIDENTE

(Assinatura Ilegível)

RELATOR

(Assinatura Ilegível)

(Assinatura Ilegível)

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 14-74, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 8-74, que suspende até 30-7-75, a aplicação das restrições de remuneração previstas no número 2 do artigo 6.º, do número 1 do artigo 14 e no parágrafo 2.º do artigo 52, da Lei n.º 6.417, de 3-7-73. (CÓDIGO DE VENCIMENTOS DA P. M. E.) Pareceres favoráveis da C.C.J. e C. F. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

MENSAGEM 8-74

Curitiba, 28 de fevereiro de 1974

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que suspende, até 30 de junho de mil novecentos e setenta e cinco, a aplicação das restrições de remuneração previstas no número 2 do artigo 6.º, no número 1 do artigo 14 e no parágrafo 2.º do artigo 52, da Lei n.º 6.417, de 3 de julho de 1973 (Código de Vencimentos da PMEP) para os policiais militares que estiverem no exercício das funções que especifica.

O Plano de Lei ora encaminhado a essa Augusta Casa de Leis é oportuno e consulta plenamente aos superiores interesses da Administração, pois virá ensejar condições a fim de que os Órgãos da Polícia Civil do Estado possam, por mais algum tempo, continuar contando com a colaboração de integrantes da Polícia Militar do Estado.

A lei n.º 6.417 de 3 de julho de 1973, que dispõe sobre o Código de Vencimentos da Polícia Militar do Estado, contém disposições segundo as quais o Policial Militar quando em exercício de funções fora da Corporação poderá perder direito à percepção de remuneração. Assim sendo, para que as atividades da Polícia Civil não sofram o impacto da redução de seu atual contingente de pessoal, é que se propõe a medida consubstanciada no anexo anteprojeto de lei, suspendendo os efeitos de tais disposições até 30 de junho do próximo ano, ocasião em que a Polícia Civil deverá contar com um quadro de pessoal civil que atenda plenamente às suas reais finalidades.

Certo de que o Plano de Lei submetido a apreciação dessa Colenda Casa merecerá o necessário apoio a consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de estima e consideração.

(a) EMÍLIO GOMES

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º Fica suspensa, até trinta de junho de mil novecentos e setenta e cinco, a aplicação das restrições de remuneração previstas no número 2 do artigo 6.º, no número 1 do artigo 14, e no parágrafo 2.º do artigo 52, da Lei n.º 6.417, de 3 de julho de 1973 (Código de Vencimentos da PMEP), para os policiais militares que estiverem no exercício das funções seguintes:

- I — Delegado de Polícia;
- II — Escrivão de Polícia;
- III — Carcereiro;
- IV — Chefe de Circunscrição Regional de Trânsito (CIRETRAN);
- V — Cargos em Comissão no Centro de Informações da Secretaria de Segurança (CISESP); e
- VI — Cargos em Comissão no Grupo de Planejamento Setorial (GPS) da Secretaria de Segurança Pública.

§ 1.º Os policiais militares de que trata este artigo, para efeito de cálculo de vencimentos, são considerados como no efetivo exercício de funções da própria Corporação.

§ 2.º Os policiais militares de que trata este artigo não receberão outras importâncias dos cofres estaduais, a qualquer título, além dos vencimentos de que trata o parágrafo anterior, ressalvado o direito de opção, quando ocupantes de cargos em comissão.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a partir de 1.º de outubro de 1973, revogadas as disposições em contrário.

PARECER

da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

O projeto em estudo é proveniente do Poder Executivo que, por intermédio da Mensagem 8-74, propõe a suspensão, até 30-7-75, das restrições de remuneração estabelecidas no n.º 2, do art. 6.º; no n.º 1, do art. 14 e no parágrafo 2.º, do art. 52, da Lei n.º 6.417, de 3 de julho de 1973, que dispõe sobre o Código de Vencimentos da Polícia Militar do Estado.

O núcleo da proposta consiste em proporcional, à Polícia Civil, a colaboração de integrantes da Polícia Militar, sem que os mesmos percam direitos e vantagens usufruídos quando em serviço na Polícia Militar.

A data estabelecida para vigorar a suspensão das restrições é aquela que se calcula suficiente para a Polícia Civil estruturar um quadro de pessoal civil em condições e em número correspondente às suas reais necessidades.

A iniciativa tem amparo na Constituição e o seu processamento obedeceu a forma regimental.

Estes dois aspectos garantem ao projeto o prosseguimento no curso normal, sem restrições.

Opino pela aprovação.

Sala das Comissões, 1.º-4-74.

(Assinatura Ilegível)

PRESIDENTE

Antonio Lopes Junior

RELATOR

(Assinatura Ilegível)

(Assinatura Ilegível)

(Assinatura Ilegível)

(Assinatura Ilegível)

(Assinatura Ilegível)

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER

A O

PROJETO DE LEI N.º 14-74

Autor: — Governo do Estado do Paraná.

I) — Oriundo de Mensagem Governamental, este Plano de Lei trata de matéria financeira, cuja iniciativa é da competência exclusiva do Excelentíssimo Senhor Governador.

II) — O Projeto foi examinado na Comissão de Constituição e Justiça, tendo recebido o parecer favorável.

Do exame que procedemos no mesmo, verificamos que quanto ao aspecto financeiro, nenhum impedimento existe para antepormos ao Projeto.

Pela aprovação.

Sala das Comissões, em 15-04-74

(Assinatura Ilegível)

PRESIDENTE

Gilberto Carvalho

RELATOR

(Assinatura Ilegível)

(Assinatura Ilegível)

(Assinatura Ilegível)

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 23-74, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 14-74, que objetiva majorar, a partir de 1.º de março do corrente ano, os vencimentos dos cargos efetivos e em Comissão do Pessoal Civil dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Tribunal de Contas do Estado; bem como dos integrantes da P.M.E. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., com SUBSTITUTIVO. — Aprovado.

MENSAGEM 14-74

Curitiba, 26 de março de 1974.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva majorar, a partir de 1.º de março do corrente ano, os vencimentos dos cargos efetivos e em Comissão do Pessoal Civil dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Tribunal de Contas do Estado, bem como os dos integrantes da Polícia Militar do Estado.

Prevê, ainda, o anteprojeto de lei ora encaminhado a essa Augusta Assembléia Legislativa, a concessão, a partir de 1.º de outubro do corrente ano, de um abono provisório de 10% (dez por cento) a todo funcionalismo estadual.

A majoração de vencimentos e o abono provisório propostos, abrangem segundo dispositivos expressos, a Magistratura, Ministério Público, Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas do Estado, Procurador Geral e Procuradores da Fazenda junto ao referido Tribunal e, ainda, Secretários de Estado, Procurador Geral do Estado e Chefes das Casas Civil e Militar do Governo do Estado.

O anexo Plano de Lei, consubstancia os criteriosos estudos realizados pelos Órgãos Competentes da Administração, cujas conclusões necessariamente tomaram por base os seguintes fatores fundamentais:

- I — a atual conjuntura financeira do Estado, observadas a taxa de crescimento da receita e a previsão de arrecadação para os próximos meses;
- II — as determinações emanadas da Carta Magna da Nação e da legislação federal aplicáveis à espécie;
- III — a determinação de manter a despesa global com pessoal, em bases que ofereçam o necessário equilíbrio, conforme preceituam os artigos 64 da Constituição Federal e 34 da Constituição do Estado; e
- IV — a política salarial adotada pela União com relação ao funcionalismo federal, acompanhando de perto as bases percentuais das majorações concedidas por períodos específicos.

Para atendimento às despesas decorrentes da majoração proposta, o Plano de Lei em questão contém disposição expressa autorizando a abertura dos créditos suplementares que se fizerem necessários, até o limite de Cr\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de cruzeiros).

A nova redação que o anteprojeto objetiva dar ao art. 3.º, da Lei n.º 6.156, de 2 de outubro de 1970, é decorrência da necessidade de um melhor equacionamento na concessão da vantagem ali prevista, ensejando condições a fim de que ela possa ser concedida a categorias funcionais específicas do Quadro Único de Pessoal e dos Quadros Próprios das Autarquias Estaduais.

Para as futuras majorações dos vencimentos do funcionalismo estadual, o plano de lei anexo prevê nova sistemática que virá ensejar condições no sentido de que as majorações gerais que o Governo Federal conceder aos seus funcionários, sejam adotadas na mesma época e índices, de forma automática, aos funcionários do Estado. Vale ressaltar que tal norma vem sendo utilizada, com pleno êxito, por Governos de outras Unidades da Federação.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

EMÍLIO GOMES

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º. Os vencimentos dos cargos efetivos e em comissão e das funções gratificadas dos quadros do Pessoal Civil dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Tribunal de Contas do Estado e os dos integrantes da Polícia Militar do Estado ficam majorados em 10% (dez por cento) a partir de 1.º de março de 1974.

Art. 2.º. O disposto no artigo anterior aplica-se:

I — Aos Membros da Magistratura, do Ministério Público, aos Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas do Estado e ao Procurador Geral e Promotores do Estado junto ao referido Tribunal; e

II — Aos Secretários de Estado, Chefes da Casa Civil e Casa Militar do Governador do Estado e ao Procurador Geral do Estado.

Art. 3.º. Sobre os vencimentos de que tratam os artigos 1.º e 2.º desta lei, excetuadas as funções gratificadas, fica concedido um abono provisório de 10% (dez por cento) a partir de 1.º de outubro de 1974.

Art. 4.º. Os efeitos desta lei são extensivos ao respectivo pessoal inativo, respeitado o critério de proporcionalidade pelo qual o funcionário tendo sido aposentado, reformado ou posto em disponibilidade.

Art. 5.º. O valor das pensões especiais pagas pelo Estado fica majorado para Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros) a partir de 1.º de março de 1974.

Art. 6.º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares até o limite de Cr\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de cruzeiros), destinados ao atendimento de despesas decorrentes da execução da presente lei.

Art. 7.º. Para a fiel execução do disposto nesta lei o Poder Executivo, nas devidas oportunidades, fará publicar as tabelas decorrentes da majoração e abono concedidos.

Parágrafo único. Nas tabelas a que alude o "caput" deste artigo serão desprezadas as frações de cruzeiro.

Art. 8.º. Fica o Poder Executivo autorizado a, sempre que o Governo Federal conceder majoração geral aos vencimentos de seus funcionários, reajustar, por decreto, os vencimentos do funcionalismo estadual, até os mesmos percentuais e vigência adotados pela União, dentro das limitações orçamentárias.

Parágrafo Único. Concomitantemente com o reajuste a ocorrer no próximo ano, com base no que dispõe este artigo, o Poder Executivo procederá, com as deduções que se fizerem necessárias, a incorporação do abono provisório de que trata o art. 3.º, desta lei.

Art. 9.º. O art. 3.º, da Lei n.º 6.156, de 2 de outubro de 1970, passa a partir de 1.º de março de 1974, a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3.º. Fica instituída uma gratificação de produtividade, aos atuais integrantes das séries de classes de Engenheiro, Engenheiro Químico, Engenheiro Mecânico e Advogado, do Quadro Único de Pessoal e dos Quadros Próprios das Autarquias e classe única de Procurador da PGE, no valor mensal de Cr\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos cruzeiros); aos atuais integrantes das séries de classes de Contador, Economista, Engenheiro Agrônomo, Farmacêutico, Naturalista, Químico e Veterinário, dos mesmos quadros, no valor mensal de Cr\$ 1.400,00 (um mil e quatrocentos cruzeiros); e aos atuais integrantes das séries de classe de Assistentes Social, Bibliotecário, Estatístico, Técnico de Administração e Redator, dos referidos Quadros de Pessoal, no valor mensal de Cr\$ 1.300,00 (um mil e trezentos cruzeiros).

§ 1.º. Em função do regime especial de trabalho a que estão sujeitos, os atuais integrantes das várias séries de classe de Médico e de Cirurgião Dentista, do Quadro Único do Pessoal e dos Quadros Próprios das Autarquias, perceberão a gratificação de que trata este artigo, na razão de Cr\$ 750,00 (setecentos e cinquenta cruzeiros) e Cr\$ 700,00 (setecentos cruzeiros).

§ 2.º. Os atuais integrantes da série de classe de Enfermeiro, do Quadro Único de Pessoal e dos Quadros Próprios das Autarquias perceberão a gratificação de que trata este artigo na razão de Cr\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta cruzeiros).

§ 3.º. A gratificação de que trata este artigo fará parte integrante dos proventos de inatividade nos casos de aposentadoria por tempo de serviço.

§ 4.º. A gratificação de produtividade é incalculável com a gratificação de tempo integral, admitida a opção, quando for o caso.

Art. 10. As vantagens de que trata a lei n.º 6.212, de 9 de agosto de 1971 são mantidas nos valores anteriores à vigência desta lei, acrescidos de 10% (dez por cento).

Art. 11. Fica revogado o art. 2.º, da Lei n.º 6.461, de 25 de setembro de 1973.

Art. 12. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER ao

PROJETO DE LEI N.º 23-74

A Mensagem 14-74, encaminhada pelo P.E., propõe a concessão de uma majoração de 10% nos vencimentos dos cargos efetivos e em Comissão do Pessoal dos Poderes Executivo Legislativo, e Judiciário, da Polícia Militar, do Tribunal de Contas, proventos dos inativos e pensões especiais pagas pelo Estado.

Prevê ainda, um abono provisório de 10% a partir de 1.º de outubro de 1974, contendo em seu artigo 8.º dispositivo que vincula futuros aumentos e percentuais aos que receberem os funcionários da União Federal, os quais serão atualizados por decreto do Executivo.

O mesmo plano de lei, também estabelecia no artigo 9.º e seus parágrafos, uma gratificação de produtividade somente ao Pessoal de nível superior do Poder Executivo.

Todavia, como está tramitando na Casa uma Mensagem Complementar estendendo a outras categorias funcionais tal gratificação, deixaremos para apreciá-lo oportunamente, levando-nos portanto a apresentarmos um SUBSTITUTIVO GERAL, que vai anexo ao Projeto.

Sob o ponto de vista legal e constitucional, o Projeto está em condições de ser aprovado por esta Comissão, até ulterior deliberação plenária, uma vez que o mesmo se enquadra às exigências da Constituição do Estado e Regimento Interno da Casa.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 25 de abril de 1974.

(Ass. ilegível) — Presidente

(Ass. ilegíveis)

EMENDA

AO PROJETO DE LEI N.º 23-74

O Art. 8.º passa a ter a seguinte redação:

Art. 8.º — "Sempre que o Governo Federal conceder majoração geral aos vencimentos de seus funcionários, o Poder Executivo reajustará, por decreto, os vencimentos do funcionalismo estadual, nos mesmos percentuais e vigência adotados pela União".

Sala das Comissões, em 25 de abril de 1974.

Fabiano Braga Côrtes — Presidente

Maurício Fruct

(Assinaturas ilegíveis)

EMENDA

AO PROJETO DE LEI N.º 23-74

O Parágrafo Único do Art. 8.º passa a ter a seguinte redação:

Parágrafo Único — "Concomitantemente com o reajuste a ocorrer no próximo ano com base no que dispõe este artigo, o Poder Executivo procederá a incorporação do abono provisório de que trata o art. 3.º, desta lei".

Sala das Comissões, em 25 de abril de 1974.

Fabiano Braga Côrtes — Presidente

Maurício Fruct

(Assinaturas ilegíveis)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

EMENDA

AO

PROJETO DE LEI N.º 23-74

Substitua-se o art. 7.º do Projeto de Lei n.º 23-74 pelo seguinte:

"Art. 7.º — Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, nas devidas oportunidades farão publicar em seus Órgãos Oficiais, as tabelas decorrentes da majoração e abono concedidos, para a fiel execução do disposto nesta Lei".

Sala das Comissões, em 17 de abril de 1974.

(a) Erondy Silvério

JUSTIFICATIVA: — A emenda ora apresentada, visa preservar a autonomia dos Poderes, tão diminuída pelas últimas Constituições.

Os Poderes, Legislativo e Judiciário, tem seus órgãos oficiais de divulgação e a eles cabe a publicação das Tabelas de seu Quadro de Pessoal.

(Ass. ilegíveis)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

SUBSTITUTIVO GERAL ao

PROJETO DE LEI N.º 23-74

Art. 1.º. Os vencimentos dos cargos efetivos e em comissão e das funções gratificadas dos quadros do Pessoal Civil dos Poderes Executivo, Legislativo Judiciário e do Tribunal de Contas do Estado e os dos integrantes da Polícia Militar do Estado ficam majorados em 10% (dez por cento) a partir de 1.º de março de 1974.

Art. 2.º. O disposto no artigo anterior aplica-se:

I — Aos Membros da Magistratura, do Ministério Público aos Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas do Estado e ao Procurador Geral e Procuradores do Estado junto ao referido Tribunal; e

II — As Secretários de Estado, Chefes da Casa Civil e Casa Militar do Governador do Estado e ao Procurador Geral do Estado.

Art. 3.º. Sobre os vencimentos de que tratam os artigos 1.º e 2.º desta lei, excetuadas as funções gratificadas, fica concedido um abono provisório de 10% (dez por cento) a partir de 1.º de outubro de 1974.

Art. 4.º. Os efeitos desta lei são extensivos ao respectivo pessoal inativo, respeitado o critério de proporcionalidade pelo qual o funcionário tenha sido aposentado, reformado ou posto em disponibilidade.

Art. 5.º. O valor das pensões especiais pagas pelo Estado fica majorado para Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros) a partir de 1.º de março de 1974.

Art. 6.º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares até o limite de Cr\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de cruzeiros), destinados ao atendimento de despesas decorrentes da execução da presente lei.

Art. 7.º. Para a fiel execução do disposto nesta lei o Poder Executivo, nas devidas oportunidades, fará publicar as tabelas decorrentes da majoração e abono concedidos.

Parágrafo único. Nas tabelas a que alude o "caput" deste artigo serão desprezadas as frações de cruzeiros.

Art. 8.º. Fica o Poder Executivo autorizado a, sempre que o Governo Federal conceder majoração geral aos vencimentos de seus funcionários, reajustar, por decreto, os vencimentos do funcionalismo estadual até os mesmos percentuais e vigência adotados pela União, dentro das limitações orçamentárias.

Parágrafo único. Concomitantemente com o reajuste a ocorrer no próximo ano, com base no que dispõe este artigo, o Poder Executivo procederá, com as deduções que se fizerem necessárias, a incorporação do abono provisório de que trata o art. 3.º, desta lei.

Art. 9.º. As vantagens de que trata a lei n.º 6.212, de 9 de agosto de 1971 são mantidas nos valores anteriores à vigência desta lei, acrescidos de 10% (dez por cento).

Art. 10. Fica revogado o art. 2.º da Lei n.º 6.461, de 25 de setembro de 1973.

Art. 11. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25 de abril de 1974.

(Ass. ilegível) — Presidente

Ivo Thomazoni — Relator

(Ass. ilegíveis)

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 23-74

AUTOR: PODER EXECUTIVO — MENSAGEM N.º 14-74

PARECER:

O presente Projeto de Lei oriundo da Mensagem Governamental de n.º 14-74, que visa majorar a partir de 1.º de março do corrente ano, os vencimentos dos cargos efetivos e em Comissão do Pessoal Civil dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Tribunal de Contas do Estado bem como dos integrantes da Polícia Militar do Estado vem atender aos anseios da laboriosa classe, responsável em grande parte pelo desenvolvimento de nosso Estado. Esta Comissão de Finanças nada tem a opor, ao presente projeto de lei.

Nosso parecer é portanto pela sua aprovação, de acordo com o Substitutivo da Douta Comissão de Constituição e Justiça.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 25 de abril de 1974.

(Ass. ilegível) — Presidente

(Ass. ilegível) — Relator

(Ass. ilegível)

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Igo Losso, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Arildo José de Albuquerque. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 36-74. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Mário Clapier Urbinati. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alvaro Dias, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado Telegrama ao Novo Governo Português, congratulando-se com o povo português, partilhando a alegria da instituição do Regime Democrático. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo sejam adotadas providências visando a reabertura do Escritório da Junta Comercial do Paraná que vinha funcionando em Londrina. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Odilon Reinhardt, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações e aplausos ao Sr. Nilo Umberto Deitos, Prefeito Municipal de Céu Azul, pelo dinamismo e brilhantismo com que vem exercendo as funções. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Fadel, constante do Ex-

pediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Prefeito Municipal de Curitiba, visando a implantação de um Centro Comunitário no bairro do Cajuru, desta Capital. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 30, terça-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 289-73.

3.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs. 130-73, 136-73 e 140-73.

2.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs. 15-73, 30-73, 38-73 e de Lei n.ºs. 163-73, 14-74 e 23-74.

1.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs. 162-72, 143-73, 159-73 e 171-73.
Levanta-se a Sessão.